



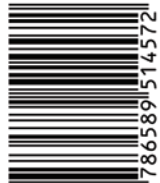
# ICHT 2023

COLÓQUIO INTERNACIONAL

IMAGINÁRIO: CONSTRUIR E HABITAR A TERRA

IMAGINÁRIOS URBANOS

ISBN: 978-65-89514-57-2



9 786589 514572

CBL

© FAUUSP, São Paulo, Brasil, 2024

Universidade de São Paulo

Reitor: Carlos Gilberto Carlotti Junior

Vice-reitora: Maria Arminda do Nascimento Arruda

Pró-reitor de Pesquisa: Paulo Alberto Nussenzveig

Presidente Aucani: Sergio Persival Baroncini Proença

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo

Diretor: João Sette Whitaker Ferreira

Vice-diretor: Guilherme Teixeira Wisnik

Atas do 5º Colóquio Internacional ICHT 2023 – Imaginário: Construir e Habitar a Terra / Imaginários Urbanos

Organização: Artur Simões Rozestraten

Produção Gráfica e Impressão Laboratório de Produção Gráfica: LPG FAUUSP, André Luis Ferreira e José Tadeu de Azevedo Maia

Revisão e coordenação: Artur Simões Rozestraten e Camila Silva

Projeto Gráfico: Marília Cavalcanti Farias e Daniel Perseguidor

Diagramação e editoração: Daniel Perseguidor

Imagem da capa: Fernando Gurgel. Paisagem (série Rio de imagens). Acrílico, tela, 90 × 70 cm. Rio de Janeiro, Brasil, 2014. Obra fotografada por Giovanni Sérgio.

Os textos apresentados neste livro estão na íntegra, conforme enviados pelos autores.

---

Colóquio Internacional Imaginário: construir e habitar a terra: imaginários urbanos = Colloque International Imaginaire: construire et habiter la terre: imaginaire urbains - ICHT (5 : 2023 : São Paulo)

Atas do 5º. [quinto] Colóquio Internacional Imaginário: construir e habitar a terra – imaginários urbanos = Colloque International imaginaire: construire et habiter la terre: imaginaire urbains / organização de Artur Simões Rozestraten -- São Paulo : FAUUSP, 2024.

658 p.

ISBN: 978-65-89514-57-2

1. Arquitetura – Congressos 2. Paisagem Urbana 3. Imaginário 4. Fotografia I. Rozestraten, Artur Simões, org. II. Título.

CDD 720.63

---

Serviço Técnica de Biblioteca da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP

# SUMÁRIO

- No Decorrer do Espaço-tempo:  
Dramaturgias Espaciais  
nas Narrativas Arquitetônicas** **19**  
Alessandro Yamada, FAUUSP, Brasil.  
<alessandro.yamada@usp.br>
- Palimpsesto urbano e imaginário social:  
o “Vale das Ilusões” em sobreposição à memória  
histórica do Sapê em São José dos Campos - SP** **37**  
Aline Cristina Gomes da Costa, CEETEPS, Brasil.  
<aline.costa22@fatec.sp.gov.br>  
Amanda de Almeida Sales de Oliveira, CEETEPS, Brasil.  
<amandaoli@alumni.usp.br>  
Caroline de Almeida Silva, UNESP, Brasil.  
<caroline.a.oliveira@unesp.br>  
Douglas de Almeida Silva, IAU-USP, Brasil.  
<dougsjc2023@usp.br>  
Livia Ferreira Pugliesi, ITA, Brasil.  
<liviapugliesi@ita.br>  
Priscila Kauana Barelli Forcel, UFSCAR, Brasil.  
<priciplafortel@ufscar.br>
- Os jardins dos bebês:  
um olhar sobre dois cemitérios  
em contextos distintos** **55**  
Aline Silva Santos, Instituto Federal de São Paulo / Universidade  
de São Paulo, Brasil.  
<paisageira@gmail.com>
- O que nos foi dito/escrito:  
sobre a paisagem na qual o corpo reside,  
estranha, e por fim, descreve** **73**  
Amanda Fahur, IAU USP, Brasil.  
<amandafahur@usp.br>  
Carolina Pifano, IAU USP, Brasil.  
<carolinapifano@usp.br>  
Luciano Bernardino, IAU USP, Brasil.  
<lbcosta@sc.usp.br>

- Uma hipótese de leitura para a paisagem em *Barravento* (1961)** **87**  
Ana Bárbara Machado Rodrigues, Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (IAU-USP), Brasil.  
<anabarbararodrigues@usp.br>  
Paulo César Castral (IAU-USP), Brasil.  
<pcastral@usp.br>
- Bacurau: uma representação contemporânea do Nordeste?** **99**  
Ana Bárbara Machado Rodrigues, Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (IAU-USP), Brasil.  
<anabarbararodrigues@usp.br>  
Marina Lages Gonçalves Teixeira, Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (IAU-USP), Brasil.  
<marinalages@usp.br>
- Da nuvem ao papel** **117**  
Ana Luiza Rodrigues Gambardella, UFRRJ, IAU-USP, Brasil.  
<ana.gambardella@usp.br>  
Paulo César Castral, IAU-USP, Brasil.  
<pcastral@usp.br>
- O urbano e a floresta em sintonia: a singularidade da cidade Afuá no Pará** **131**  
Ana Paula de Campos Sena Camargo, UNIVAP, Brasil.  
<anacamargo1205@hotmail.com>  
Sandra Maria Fonseca da Costa, UNIVAP, Brasil.  
<sandra@univap.br>
- Habitar o ruderal e imaginar jardins: processos de ensino-aprendizagem nos espaços externos do Atelier Fraccaroli** **151**  
Arthur Simões Caetano Cabral, FAAC-UNESP, Brasil.  
<arthur.cabral@unesp.br>
- São Paulo, aspectos do imaginário de uma metrópole** **169**  
Artur Rozestraten, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo - FAUUSP, Brasil.  
<artur.rozestraten@usp.br>

**O Imaginário popular na afirmação da arquitetura “neoandina”:** **175**

**O caso dos cholets de El Alto**  
Caio Coelho Silva Albuquerque, UFPE, Brasil.  
<caio.coelho@ufpe.br>

**O lugar dos imaginários no sentido do habitar:** **185**

**aproximações entre Henri Lefebvre e Christian Norberg-Schulz**  
Carolina Akemi Martins Morita Nakahara, IAU-USP.  
<cake.nakahara@usp.br>  
Grazielle Azevedo.  
<graziavevedo.arq@gmail.com>

**Relação humano-animal e os imaginários urbanos: do processo de exclusão à possibilidade de descolonizar o futuro** **205**

Carolina Ribeiro Simon, FAUUSP, Brasil.  
<carolinasimon@usp.br>

**Modos de imaginar e fazer cidade: um diálogo transatlântico sobre a atuação de dois coletivos urbanos** **221**

Catharina P. C. S. Lima, Universidade de São Paulo, Brasil.  
<cathlima@usp.br>  
Rafael P. Murolo, USP, Brasil. <rmurolo@alumni.usp.br>  
Tatiana F. B. Reis, Universidade de São Paulo, Brasil.  
<tatifranci@usp.br>  
Paula M. Vicente, USP, Brasil.  
<paula.vicente@alumni.usp.br>  
Aline S. Santos, USP / Instituto Federal de São Paulo, Brasil.  
<paisageira@gmail.com>

**TEMPLOS E CONTEMPLOS: UM OLHAR SOBRE EXPERIÊNCIAS E COMPORTAMENTOS EM TEMPLOS BUDISTAS DA GRANDE SÃO PAULO** **239**

Davi Bote, Instituto de Psicologia - USP, Brasil.  
<davi.bote@usp.br>

- Arquitetura e imaginário trágico:  
a Torre de Babel como mito fundador** **251**  
Diogo Pereira, FAUUSP, Brasil.  
<diogo.pereira@usp.br>
- Efeitos de lugar:  
a prática do skate nas ruas de Goiânia** **263**  
Fellypi Faria, Universidade Federal de Goiás, Brasil.  
<fellypidorneles@hotmail.com>  
Wagner Rezende, Universidade Federal de Goiás, Brasil.  
<wagnerrezende@ufg.br>
- Imaginários maquínicos:  
um estudo visual de futuros urbanos gerados por  
Inteligência Artificial** **275**  
Fernando P. S. Longhi, FAUUSP, Brasil.  
<arq.longhi@gmail.com>
- Aã: especulativismos da Mata** **285**  
Frederico Canuto, Escola de Arquitetura / UFMG, Brasil.  
<fredcanuto@gmail.com>  
Louise Ganz, Escola Guignard / UEMG, Brasil.  
<louiseganz@gmail.com>
- Córregos Vivos:  
Imaginações para uma bacia hidrográfica** **291**  
Frederico Canuto, Escola de Arquitetura / UFMG, Brasil.  
<fredcanuto@gmail.com>
- Agriculturas urbanas na produção  
de novos imaginários e materialidades  
em diferentes contextos** **307**  
Gustavo Nagib, FCT-UNESP, Brasil.  
<gustavo.nagib@unesp.br>  
Giulia Giacchè, INRAE-UMR SADAPT, França.  
<giulia.giacche@inrae.fr>
- Nouvelles pratiques du jardin,  
nouveaux imaginaires urbains?  
L'exemple de la ville de Grenoble** **321**  
Isabelle Krzywkowski, Université Grenoble Alpes, UMR 5316  
Litt&Arts, France.  
<isabelle.krzywkowski@univ-grenoble-alpes.fr>

**De la ville-monde au village communautaire  
quels imaginaires pour l'urbanisme à venir?** 331

Jean-Jacques Wunenburger, Université Jean Moulin Lyon3  
Professeur émérite de philosophie  
Directeur du CRI2i

**Imergir sertão:  
uma incursão pela intermitência** 341

João Igor Cunha, FAUUSP, Brasil.  
<joaoigorc@usp.br>

**Coletivos Urbanos e Territorialidades:  
Experiências, Atuações e Imaginários  
a partir do Coletivo Imargem** 359

Jorge Bassani, FAUUSP, Brasil.  
<jbassani@usp.br>  
Carolina Mesquita Clasen, FAUUSP, Brasil.  
<carolinaclasen@usp.br>  
Letícia Santos Borém, FAUUSP, Brasil.  
<leticiaborem@usp.br>  
Mariana Ribeiro Pardo, FAUUSP, Brasil.  
<ribeiropardo.mariana@usp.br>  
Heloisa Bento Ribeiro, FAUUSP, Brasil.  
<heloisa.bento.ribeiro@usp.br>  
Coletivo Imargem, Brasil.  
<meescreva@imargem.art.br>

**A componente cidadã na conservação  
do patrimônio histórico e cultural:  
uma proposta de integração dos  
imaginários urbanos na conservação patrimonial** 375

Julietta Leite, Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Brasil.  
<julietta.leite@ufpe.br>

**Tão simbólica quanto apagada:  
uma análise sobre o imaginário moderno da Rua 20  
em Goiânia e suas transformações** 385

Letícia Soares Martins Ribeiro, UFG, Brasil.  
<leticiamartins2@discente.ufg.br>  
Christine Ramos Mahler, UFG, Brasil.  
<christine.ramos@ufg.br>

**Encruzilhadas de memórias sensíveis: ações de toponímia crítica nas ruas de Belo Horizonte e do Rio de Janeiro** **405**

Lilian Alves Gomes, Doutora em Antropologia Social pelo Museu Nacional da UFRJ. Docente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Universidade Candido Mendes (PPGSP-IUPERJ-UCAM), Brasil, <lilian.gomes@candidomendes.edu.br>

**O traçado primordial da linha como manifestação imaginária da arquitetura** **413**

Lucia Leitão. Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Brasil. <lucia.leitao@ufpe.br>

**Em meio ao jardim: o sonho verde e as vozes da delicadeza** **421**

Luciano Pessoa, Universidade de São Paulo FAUUSP, Brasil. <pessoluc@gmail.com>

**Representando o imaginário: ambiências urbanas da gastronomia espontânea no estacionamento do estádio canarinho em Boa Vista-RR** **431**

Marcelly Bitar, UFRR, Brasil. <marcelly.bitar@hotmail.com>  
Márcio Bento, UFRR, Brasil. <márcio.bento@ufrr.br>  
Júlia Branco, UFRR, Brasil

**Da segurança à soberania alimentar: um desafio do planejamento urbano** **451**

Maria Ballarotti, Universidade Federal do Paraná (UFPR), Brasil. <au.maluballarotti@gmail.com>  
Marcelo Andreoli, Universidade Federal do Paraná (UFPR), Brasil. <marcelocandreoli@gmail.com>

**Planejamento permacultural para parques urbanos ativos: o caso do parque da cascata em Marília/SP** **469**

Mariana de Carvalho Dias, FCT-UNESP, Brasil. <mariana.c.dias@unesp.br>  
Fernando Sérgio Okimoto, FCT-UNESP, Brasil. <fs.okimoto@unesp.br>

**Provocações metodológicas: 487**  
**dimensões simbólicas das narrativas fotográficas e**  
**linguísticas da cidade**

Marília Farias, mestre pela UFPE.  
<mariliacavalcanti.f@gmail.com>  
Clara Peres, doutoranda na UFPE.  
<clara.peres@ufpe.br>

**Formas do vazio e formas da memória: 505**  
**duas experiências do Grupo Desvios**

Marina Pedreira de Lacerda, Universidade São Judas Tadeu, Brasil.  
<grupodesvios@gmail.com>

**O caminho da utopia 519**

Milena Rubin Magoga, Universidade Federal de Santa Maria, Brasil.  
<milena.rubinmagoga@gmail.com>  
Josicler Orbem Alberton, Universidade Federal de Santa Maria, Brasil.  
<josicler.alberton@ufsm.br>

**Jardins ordinários na paisagem patrimônio: 529**  
**a vegetação de cercas e quintais do sítio histórico de**  
**Olinda e o protagonismo do habitante-jardineiro**

Mirela Duarte, USP / Universidade Federal de Pernambuco, Brasil.  
<mireladuarte@gmail.com>

**Arte e Cidade: 541**  
**proposições, práticas e montagem**

Priscila Bellotti, Instituto de Artes da Unesp, Brasil.  
<priscila.bellotti@unesp.br >, <priscilabellotti@hotmail.com>

**Ecos político-estéticos da participação desde Gordon**  
**Matta-Clark e Hélio Oiticica 555**

Rafael Goffinet Almeida, Universidade de São Paulo, Brasil.  
<rafael.goffinet.almeida@usp.br>

**Mesopolis Lab, prospective d'une résilience**  
**créative de la ville 565**

Raphaële Bidault-Waddington, LIID Future Lab, France.  
<rbw@liid.fr>

- Bordando São Luiz do Paraitinga:** **583**  
**a cidade contada por mulheres**  
Renata R. Allucci, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, SP/Brasil.  
<alluccirenata@gmail.com>
- Cidade. Imagens:** **593**  
**buscando formas de pensar**  
Renata Neves, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil.  
<bn.renata@gmail.com>
- Escadões:** **601**  
**uma coleção comum, ou sobre viver**  
**na cidade contemporânea**  
Ricardo Luis Silva, Centro Universitário SENAC. Brasil.  
<ricardo.lsilva@sp.senac.br>
- Vazios invisíveis:** **613**  
**a construção da imagem da cidade contemporânea**  
Romulo Beraldi, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo  
da Universidade de São Paulo, Brasil.  
<romulo.beraldi@usp.br>
- Pelo fim da dicotomia Natureza-Cidade:** **623**  
**refletindo imagens perdidas**  
Tania Knapp da Silva, FAUUSP, Brasil.  
<tanjaknapp@gmail.com>
- Mercantilização de paisagens:** **633**  
**intersecções, subversões e epifanias**  
**na região da orla na Barra da Tijuca**  
Victor Assi Bastos, UFRJ, Brasil.  
<victor.bastos@fau.ufrj.br>  
Rubens de Andrade, UFRJ, Brasil.  
<rubens.andrade@fau.ufrj.br>
- Por uma narrativa sensível:** **645**  
**Subjetivar e Experienciar São Lourenço – MG**  
Vitor Cunha, pesquisador do Programa de Pós-graduação em  
Arquitetura, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade  
Federal do Rio de Janeiro, RJ, (PROARQ\_FAU\_UFRJ) e do Grupo  
Ambiente e Educação (GAE), Brasil, <vitor.maciell@fau.ufrj.br>  
Giselle Azevedo, Professora Associada do Programa de  
Pós-graduação em Arquitetura, Faculdade de Arquitetura  
e Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, RJ,  
(PROARQ\_FAU\_UFRJ) e coordenadora do Grupo Ambiente e  
Educação (GAE), Brasil, <gisellearteiro@fau.ufrj.br>



## AGRICULTURAS URBANAS NA PRODUÇÃO DE NOVOS IMAGINÁRIOS E MATERIALIDADES EM DIFERENTES CONTEXTOS

Gustavo Nagib, FCT-UNESP, Brasil.

<gustavo.nagib@unesp.br>

Giulia Giacchè, INRAE-UMR SADAPT, França.

<giulia.giacche@inrae.fr>

### Palavras-chave

agriculturas urbanas, projetos urbanos, áreas verdes, novos imaginários

### Resumo

A diversidade de projetos e materialidades da agricultura urbana, tais como hortas comunitárias, paisagismo comestível, iniciativas temporárias etc., é espaço de atuação e experimentação de novos imaginários. Estas formas participam de um processo de permeabilidade da agricultura na cidade. A partir da experiência decenal de dois pesquisadores acerca da agricultura urbana em municipalidades de três diferentes países – Brasil, França e Suíça –, apresentar-se-á um continuum das práticas de agricultores e hortelões urbanos, espe-

cialistas, ativistas e municipalidades na governança de espaços públicos e privados em diferentes contextos urbanos, mostrando, assim, como tais práticas estão produzindo cidades com ganhos em áreas verdes produtivas e comestíveis. Reconhecendo-se a complexidade dos diferentes contextos socioespaciais, não se almeja estabelecer uma comparação entre as várias iniciativas, mas expor diferentes experiências, revelando como se operam as dinâmicas para a materialização da agricultura urbana na atualidade.

## Introdução

A diversidade de projetos e materialidades da agricultura urbana, tais como hortas comunitárias, paisagismo comestível, iniciativas temporárias, ecobairros etc., é espaço de atuação e experimentação de novos imaginários. Estas formas e conteúdos participam de um processo de permeabilidade da agricultura na cidade e veiculam uma gama de mensagens: do direito à cidade, da vontade de autoprodução, da democracia alimentar, da reconexão com a natureza e da “ecologização” da cidade (GRANCHAMP; GLATRON, 2021). A agricultura urbana revela-se, assim, enquanto ferramenta para repensar o sistema alimentar e as cidades (GIACCHÈ, 2016), bem como uma prática ativista que visa à materialização de “cidades comestíveis” (NAGIB, 2020).

Neste artigo, mais especificamente, os objetivos são: apresentar a diversidade de projetos e materialidades da agricultura urbana, em relação aos atores e aos espaços; identificar as dinâmicas de integração da agricultura na cidade; apresentar projetos e experiências em diferentes contextos – São Paulo (Brasil), Paris (França) e Lausanne (Suíça). A partir da experiência decenal destes pesquisadores acerca da agricultura urbana nos três países supracitados, foram selecionados diferentes casos de estudo a fim de apresentar um conjunto experiências, espaços e modelos de governança que resultaram em suas respectivas materializações e desafios cotidianos. Para tal, foram conduzidas pesquisas qualitativas com base em um conjunto de trabalhos de campo, revisão bibliográfica (literatura científica, documentos governamentais, cartilhas e manifestos de cidadãos e ativistas), produção fotográfica e análise de discursos de diferentes atores sociais.

Os resultados de pesquisa apontam para a identificação de diferentes categorias de projeto que incorporam a agricultura urbana, considerando-se, ainda, a diversidade de atores envolvidos, os espaços mobilizados e as dinâmicas em curso:

1. projetos ativistas, tais como as hortas

comunitárias, pautadas no trabalho e no engajamento coletivo, adentrando as possibilidades de participação direta dos cidadãos para a transformação do espaço urbano, reativando os vínculos comunitários, os laços de afetividade e de proximidade socioespacial. Estes projetos estabelecem novos modos de se relacionar com a municipalidade, que pode disponibilizar o espaço público e diminuir os custos com a sua manutenção;

2. Projetos institucionalizados, que são expressões das políticas públicas, pretendendo-se, assim, fomentar a agricultura urbana para promover a coesão social e/ou a transição ecológica e alimentar, a exemplo do projeto francês Les Parisculteurs, que também podem se atrelar a processos de renovação urbana;
3. Projetos de novos imaginários urbanos, idealizados por arquitetos e paisagistas, de forma a criar um ambiente mais natural e de maior proximidade e contato com a natureza, a exemplo de novas áreas verdes “comestíveis”.

Nos três casos, há o duplo desafio de empoderar os cidadãos ou encontrar hortelões/agricultores urbanos para desenvolver estes projetos no longo prazo e, por conseguinte, de garantir a perenidade das iniciativas.

## Agriculturas urbanas e novos imaginários

Quando grupos urbanos passam a integrar a luta para destinar áreas intraurbanas ao cultivo de alimentos, está introduzida uma nova leitura espacial que exige do poder público, do setor privado, das organizações sem fins lucrativos, dos estabelecimentos de ensino e pesquisa e de diversos setores da socie-

dade civil, novas posturas frente a um arranjo material que pode parecer anacrônico ou bastante distante do modo de vida urbano atual.

Deste conjunto de ideias e percepções, revela-se um olhar menos segmentado e uma demarcação menos precisa sobre o que é o rural e o que é o urbano. Nesta estratégica perspectiva de *continuum*, o espaço é percebido sem que os limites territoriais e culturais da ruralidade e da urbanidade sejam condicionantes de sua fragmentação, a fim de repensar a tradicional dicotomia a partir de características socioespaciais em constantes transformações: “a cidade, portanto, pode ser penetrada pelo campo; não seria pertinente definir, a este respeito, uma separação absoluta” (LE GOFF, 1998, p. 33).

Dessa maneira, o cultivo de alimentos e a produção e transformação do espaço urbano são compreendidos como processos indissociáveis na configuração socioespacial, reconhecendo-se a diversidade de práticas dos hortelões e agricultores no que se refere à produção, ao consumo e às diferentes concepções a respeito da agricultura urbana. E em relação à sua dinâmica espacial, por sua vez, considera-se a proximidade e a funcionalidade em relação aos centros urbanos (GIACCHÈ et al., 2015). Complementarmente, ativistas que nasceram na cidade também admitem a absorção de características culturais referentes às tradições camponesas, seja para a materialização de suas ações, para a formulação de seus discursos ou para a formação de comunidades no tecido urbano.

O *continuum* aplica-se, aqui, à negação da tradicional dicotomia rural-urbano, porém devendo-se atentar que:

Os componentes do espaço são os mesmos em todo o mundo e formam um *continuum* no tempo, mas variam quantitativa e qualitativamente segundo o lugar, do mesmo modo que variam as combinações entre eles e seu processo de fusão. Daí vêm as diferenças entre espaços (SANTOS, 2008, p. 20).

Dada a multiplicidade de casos de agricultura urbana que a coloca numa situação teórica de difícil

conceituação definitiva, o olhar *continuum* tende a colaborar para a compreensão socioespacial ao buscar uma sinergia entre os atores, os programas públicos e as fontes de financiamento voltados à referida atividade (GIACCHÈ et al., 2015). As práticas em curso desafiam o poder público a agir, que, na melhor compreensão conceitual dos fatos, pode vir a colaborar e a concordar com a elaboração de programas e/ou políticas públicas que favoreçam a concretização do que é reivindicado.

É muito comum que a agricultura urbana, quando ocupa espaços públicos da cidade, induza à conscientização coletiva acerca da importância de mantê-los bem cuidados. Ao mesmo tempo, hortelões e agricultores urbanos cobram do poder público maior atenção aos serviços de limpeza. Muitas vezes, este é um caminho possível para a legitimação das ações ativistas, já que interessa aos governos municipais que haja cidadãos cuidando dos espaços públicos e deixando-os aprazíveis. Neste momento, a agricultura urbana é uma prática facilitadora dos trabalhos que seriam de responsabilidade da prefeitura, assumindo um papel de vigilância e manutenção dos espaços públicos (TRACEY, 2007).

O rompimento da relação entre espaço verde urbano e agricultura, especialmente pós-Revolução Industrial (NAVÉS, 2012), atribui, à grande parte das praças e canteiros verdes das cidades, um caráter contemplativo, distanciando a sociedade dos ciclos da natureza. Desta maneira, a valorização dos jardins – com sua racionalidade geométrica, monumentalidade e formas pouco espontâneas – é feita quase que unicamente a partir da reprodução de um padrão de beleza, e não por meio de suas múltiplas funções socioambientais e possibilidades estéticas.

As agriculturas urbanas vêm a romper com esta relação de artificialidade em torno dos vegetais, resgatando o contato dos cidadãos com os alimentos consumidos em suas fases de desenvolvimento natural (POLLAN, 2008). No campo ativista, isto se torna simbolicamente mais evidente, uma vez que, por exemplo, quebrar o concreto de praças públicas para expor o material terroso no meio urbano assume, po-

liticamente, uma tentativa emblemática de transformação cultural e de ressignificação da cidade:

Por trás dos padrões espaciais, das formas criadas, dos usos do solo, das repartições e distribuições, dos arranjos locacionais, estão concepções, valores, interesses, mentalidades, visões de mundo. Enfim, todo o complexo universo da cultura, da política e das ideologias. (MORAES, 2005, p. 16.)

A introdução de espécies comestíveis nos trajetos cotidianos das pessoas favorece que a cidade possa ser repensada quanto às suas potencialidades produtivas e quanto aos seus espaços de consumo e de compartilhamento comunitário. O ato de trabalhar na terra e de torná-la cultivável é reintroduzido enquanto atividade possível aos cidadãos em um processo de reeducação ambiental e de valorização dos diferentes tipos de trabalho, recuperando tradições, hábitos e ensinamentos camponeses que foram perdidos ou esquecidos no atual processo de produção do espaço urbano (GORGOLEWSKI; KOMISAR; NASR, 2011).

## Novos imaginários em diferentes contextos

### São Paulo (Brasil)

A agricultura urbana, dado o contexto paulistano, apresenta-se enquanto atividade estratégica para bloquear a contínua expansão horizontal da cidade, especialmente sobre as áreas de mananciais e de Mata Atlântica do extremo sul do município, na tentativa de evitar o processo de ocupação irregular ocorrido, por exemplo, junto às represas Billings e Guarapiranga, que afetou, conseqüentemente, a qualidade da água para o abastecimento humano e as ativida-

des agrícolas da região. Nos extremos leste e oeste, verifica-se a consolidação do processo de conurbação com as cidades do entorno – muito embora, no extremo leste, ainda haja áreas disponíveis e destinadas à agricultura urbana, porém a paisagem predominante já se revela bastante urbanizada, diferentemente do extremo sul (NAGIB, 2018; NAKAMURA, 2017).

Na zona norte, por sua vez, a Serra da Cantareira diferencia o quadro geomorfológico local, tendo contribuído para inibir o veloz espraiamento da cidade. A reserva florestal desta porção do município, apesar de constantemente pressionada pelo mercado imobiliário e pelos loteamentos clandestinos, também restringe o processo de ocupação humana, delimitando uma área de 7.916,52 hectares para o Parque Estadual da Cantareira, que adentram em porções territoriais dos municípios de São Paulo, Caieiras, Mairiporã e Guarulhos. Apesar da proteção dos mananciais da região ser considerada estratégica para o abastecimento de água da capital paulista, tem-se verificado, ali, a constante combinação entre especulação imobiliária, presença de residências de alto padrão e favelas em áreas de vertente (LANGENBUCH, 1971; NAGIB, 2018).

Com o Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo de 2014 (Lei n. 16.050/14), recriou-se a zona rural, inserindo-a sob a denominação de “Macroáreas de Contenção Urbana e Uso Sustentável e de Preservação de Ecossistemas Naturais”, contabilizando 399 km<sup>2</sup> (26,2% do território municipal), onde tornou-se vedado o parcelamento do solo para fins urbanos. Além desta alteração visar à conservação ambiental e a uma nova tentativa, na esfera legal, de bloquear a expansão horizontal da cidade, ela pretende incentivar a aproximação entre produtores e consumidores de alimentos, fomentar a transição para a agricultura orgânica e agroecológica no município e estabelecer relações diretas com as esferas do poder federal, na esperança de ampliar os incentivos públicos aos agricultores do município (concentrados especialmente no extremo sul), e de regularizar a questão fundiária daqueles que não possuem a titularidade de suas propriedades. As hortas urbanas,

por sua vez, são citadas duas vezes no texto do Plano Diretor de 2014: como uma das ações prioritárias no sistema de equipamentos urbanos e sociais, a fim de promover a educação ambiental e a segurança alimentar; e enquanto uma das possíveis propostas que um Plano de Bairro pode conter (“implantação de hortas urbanas”), sendo este um instrumento de planejamento municipal a ser elaborado pelas associações de bairro, pelas subprefeituras e com os conselhos participativos (MIKETEN, 2013; PREFEITURA DE SÃO PAULO, 2014).

As hortas comunitárias, no entanto, nunca estiveram no foco de interesse do poder municipal, tendo sido tratadas de forma transversal em políticas e pro-

gramas públicos concernentes à diversidade de práticas da agricultura urbana. Na cidade de São Paulo, as primeiras materializações do tipo datam da década de 2010 e ganharam destaque a partir de articulações cidadãs não institucionalizadas, especialmente a partir do surgimento da rede dos Hortelões Urbanos e da Horta das Corujas – a primeira horta comunitária da cidade, situada no bairro da Vila Beatriz, na zona oeste da cidade (figura 1) –, que impulsionaram, por sua vez, transformações na maneira como os diversos atores compreendem este tipo de organização espacial no conjunto de expressões da agricultura urbana (NAGIB, 2020).

Figura 1: Horta das Corujas (São Paulo)



Crédito: Gustavo Nagib (2019)

Na cidade de São Paulo, as hortas comunitárias são fruto, primeiramente, do engajamento dos cidadãos, e não decorrem do encaminhamento de políticas ou programas públicos específicos. Tais materializações não se originaram, portanto, de um projeto urbanístico ou paisagístico oficial, mas, sim, das redes e coletivos constituídos por cidadãos comuns que partiram para a prática costurando novas relações e formas de diálogo no seio da sociedade civil e também com o poder público local. Neste sentido, são arranjos e modos de intervenção cujos processos originam-se de iniciativas cidadãs (*bottom-up*), e não das autoridades públicas (HURARD, 2011).

Deve-se à constituição da rede (não institucionalizada) dos Hortelões Urbanos, em julho de 2011, o processo embrionário de materialização das hortas comunitárias. Diferentemente de qualquer outro tipo de organização social precedente, a referida rede colocou em contato direto um conjunto de interessados em discutir a produção de alimentos de escala doméstica na cidade de São Paulo, mas já influenciados por experiências internacionais onde hortas comunitárias eram parte integrante dos espaços públicos urbanos. Em 2013, o então vereador Nabil Bonduki apresentaria o Substitutivo ao Projeto de Lei n. 289/13, que dispunha sobre a gestão participativa das praças do município de São Paulo, aprovado pelos vereadores em maio de 2015 e promulgado pelo ex-prefeito Fernando Haddad em junho do mesmo ano (Lei n. 16.212/15). Apesar de não haver, até a atualidade, uma regulamentação específica às hortas comunitárias, nem uma política ou um programa municipal próprio à questão, a referida lei, pela primeira vez, incluiu as hortas comunitárias orgânicas de caráter educativo entre os possíveis equipamentos e mobiliários urbanos integrantes das praças públicas

paulistanas (NAGIB, 2020).

A estratégia ativista, em São Paulo, pautou-se por atuar nas brechas do sistema oficial, seja pela atuação sem prévia autorização (metodologia de *“guerrilla gardening”*), seja pela ocupação dos poucos espaços disponíveis à participação direta dos cidadãos, a exemplo dos conselhos participativos. Desta maneira, dava-se visibilidade às suas materializações ou conquistava-se certo apoio do poder público para viabilizar suas ações. Os Conselhos Municipais do Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Cultura de Paz (CADES), por exemplo, foram espaços importantes de concentração de diferentes grupos ativistas da causa ambiental, incluindo aqueles pela agricultura urbana (sobretudo pelas hortas comunitárias).

## Paris (França)

Na capital francesa, a agricultura urbana é uma atividade estratégica à ampliação da área verde parisiense. O planejamento estatal passou a enxergar esta atividade como um mecanismo de expansão da cobertura vegetal em conjunção com o aumento da biodiversidade urbana e da abertura de uma nova frente econômica, a partir da produção de alimentos dentro da cidade. Tendo em vista a carência de terrenos disponíveis para o desenvolvimento da agricultura urbana ou para a criação de novas praças e parques, a Prefeitura de Paris também passou estimular a vegetação produtiva em muros e telhados da cidade, além de estar introduzindo novos canteiros com espécies alimentícias em praças e parques (Figuras 2 e 3).

Figura 2: Place de la Nation, em Paris (França)



Crédito: Gustavo Nagib (2019)

Figura 3: Jardin Marielle Franco, em Paris (França)



Crédito: Gustavo Nagib (2019)

A elaboração de políticas e programas públicos para a agricultura urbana, especificamente às hortas comunitárias, foi um objetivo desejado por especialistas e ativistas sobretudo por conta das garantias de acesso à terra pelos coletivos e associações, possibilitando a perenidade das iniciativas e evitando frustrações com possíveis mudanças administrativas e partidárias (BAUDELET, 2011). Atualmente, Paris possui cerca de 180 hortas comunitárias (PREFEITURA DE PARIS, 2022).

Desde 2011, outra medida tomada em escala municipal refere-se ao Plano Biodiversidade, que elenca uma série de benefícios sociais trazidos pela biodiversidade urbana e apresenta metas a serem realizadas anualmente. Dentre tais metas, deu-se atenção à vegetalização de áreas construídas, alcançando, em 2020, 100 hectares de áreas verdes em telhados, fachadas e muros, dentre os quais, um terço foi destinado à agricultura urbana – trabalhou-se com a estimativa de que a agricultura urbana seria capaz de abastecer 10% das necessidades de alimentos frescos da cidade de Paris (MAYOL; GANGNERON, 2019). O denominado “Objetivo 100 Hectares” teve a adesão de dezenas de parceiros dentre os quais listavam grandes redes de supermercados e de hotelaria, restaurantes, casas de espetáculos, museus, instituições de ensino e pesquisa, centros comerciais, empresas públicas de diferentes setores e organizações como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).

Complementarmente, o Conselho Municipal, em 2016, aprovou modificações no Plano Diretor de Paris (válidas para os nove anos subsequentes) que possibilitaram acelerar a implantação das metas supracitadas. As alterações visaram a ajustar as normas arquitetônicas e construtivas para a expansão das áreas verdes nos telhados, varandas e muros dos edifícios, regularizando as adaptações técnicas e estéticas necessárias para a materialização de novas formas e procedimentos paisagísticos, interferindo positivamente para as ações e estratégias de desenvolvimento da agricultura urbana

em toda sua diversidade de métodos de cultivo: em solo, hidroponia, aquaponia, aeroponia, construção de estufas etc.

Dado o contexto, a Prefeitura de Paris também vem lançando, desde 2016, chamadas para projetos com ênfase na agricultura urbana profissional sob a designação “Les Parisculteurs” (um trocadilho com a junção das palavras “Paris” e “agriculteurs” [“agricultores”]). Com esta iniciativa, a prefeitura aposta em um novo tipo de parceria público-privada, dado que a municipalidade disponibiliza as áreas de produção e os proponentes dos projetos, por sua vez, arcam com os custos de implantação e manutenção de suas iniciativas, sendo permitida a obtenção de lucro. Os interessados podem submeter projetos para um ou mais locais divulgados pelo edital enquanto pessoas físicas, no entanto, caso seus projetos sejam escolhidos, precisam se institucionalizar enquanto sociedade ou associação. A fim de conhecer as áreas disponibilizadas previamente, a prefeitura organiza um calendário de visitas coletivas aos interessados (NAGIB, 2020).

Estabelece-se que o conjunto de referenciais para o desenvolvimento dos projetos deve estar em consonância com: os planos municipais sobre biodiversidade, alimentação sustentável, economia circular etc.; a não utilização de produtos fitossanitários químicos e perigosos ao meio ambiente; o uso de materiais inovadores, especialmente reciclados; a boa integração arquitetônico-paisagística com o entorno, em especial com os monumentos históricos da cidade; a exigência com a boa qualidade das plantas cultivadas e o favorecimento de espécies locais; a promoção da integração ecológica, em benefício da biodiversidade urbana; a gestão econômica dos recursos (água, eletricidade etc.) e o controle da poluição gerada; a preocupação com a perenidade do projeto e do suporte físico dos edifícios, especialmente em relação à drenagem da água.

Concomitantemente, desde 2014, nota-se um crescimento do número de empresas atuantes no setor, geralmente comandadas por jovens profissionais, que, neste caso, o sucesso econômico de

cada uma delas é difícil de prever, dado o seu pouco tempo de existência e o ainda desconhecimento das futuras políticas e auxílios públicos nesta nova frente econômica para as cidades. Ao mesmo tempo em que existe uma relação entre o desenvolvimento da agricultura urbana e a geração de novas frentes de trabalho, ainda há uma série de regulamentações que precisam ser discutidas e adaptadas para uma atividade que vem sendo institucionalizada mais recentemente. O agricultor urbano não é um camponês ou um agricultor rural, assim como as frentes de investimento iniciais para a produção de alimentos na cidade são diferentes, especialmente no que se refere aos procedimentos técnicos e ao desenvolvimento de novas tecnologias adaptadas às áreas intraurbanas. Diante da lógica socioespacial metropolitana, existem desafios para a legitimação da referida atividade no que tange tanto às regulamentações específicas quanto à sua adesão nos planos urbanístico e cultural.

## Lausanne (Suíça)

Em Lausanne, as hortas comunitárias denominam-se “*plantages*”, distribuindo-se de maneira difusa pelo território municipal, localizando-se em bairros com perfis socioeconômicos e culturais bastante variados. Apesar de possuírem metragens bem díspares, a depender dos terrenos públicos disponibilizados pela prefeitura – que podem ser junto a conjuntos habitacionais, no meio de bairros mais adensados, em áreas mais periféricas menos adensadas ou juntamente a outras extensões de áreas verdes –, juntos

eles somam 19 mil m<sup>2</sup> de área ocupada e são divididos em parcelas de 6 a 36 m<sup>2</sup>, sendo que cada uma delas é disponibilizada a um determinado cidadão que resida no máximo a 5 minutos a pé da horta (PREFEITURA DE LAUSANNE, 2022).

A narrativa apresentada pela Prefeitura de Lausanne é que os *plantages* foram inspirados nas hortas dos *Green Guerillas* de Nova York, o que do ponto de vista da referência histórica vem a estreitar o vínculo com uma agricultura urbana ativista. A *guerrilla gardening* ganhou projeção em Nova York a partir da década de 1970, quando a artista plástica Liz Christy e seus companheiros hortelões ocuparam, sem autorização prévia, um terreno baldio na região central da cidade, que estava repleta de lixo e entulho, e criaram o primeiro jardim compartilhado nova-yorkino (REYNOLDS, 2009). A iniciativa encorajou o surgimento de outras iniciativas semelhantes na metrópole estadunidense e resultou na existência de uma ONG denominada *Green Guerillas*, que atua até os dias atuais em prol da criação e perenidade de hortas comunitárias.

Desde o Plano Diretor de 1996, já se atribuía uma série de utilidades aos *plantages* (figura 4), revelando uma visão plural e multifuncional deste tipo de atividade por parte da administração pública. Esta última destacava as funções: ecológica, na medida em que seriam refúgios de fauna e flora no meio urbano e um tipo de lazer de proximidade que diminuiria a locomoção por automóveis; econômica, na medida em que delegaria a manutenção destas áreas verdes aos seus locatários; didática, com relação à ampliação do conhecimento sobre as plantas alimentícias; social, estimulando a vida associativa e o estreitamento dos vínculos sociais; saúde, na medida em que a jardinagem se enquadraria como uma atividade física; lazer e promoção da vegetação comestível.

Figura 4: Plantage de la Harpe, em Lausanne (Suíça)



Crédito: Gustavo Nagib (2021)

A Prefeitura de Lausanne permite que qualquer cidadão, coletivo, associação ou empresa possa intervir de maneira direta em microparcelas do espaço urbano que sejam de propriedade do poder público municipal, mais especificamente em pés de árvores, em extensões de gramados e em páletes em praças, calçadas e demais espaços impermeáveis. Este tipo de intervenção denomina-se “*jardin de poche*” (“jardim de bolso”) e está condicionado a um “*Permis de Végétaliser*” (“Licença para Vegetalizar”), concedido pela prefeitura pelo prazo de um ano renovável (figura 5).

O referido dispositivo é uma evolução de experiências colocadas em prática pela municipalidade desde 2012, concedendo-se autorização para que associações e escolas pudessem jardinar em pequenas parcelas do espaço público. Na década de 2020, este modelo de vegetação urbana ganha maior projeção, a fim de incentivar o cidadão comum a ampliar a área verde da cidade, bem como a sua participação ativa em ações de plantio e contato direto com a terra e as plantas, ou seja, enquadrar os habitantes como atores da vegetação local (MEYER, 2021).

Figura 5: Jardim de poche, em Lausanne (Suíça)



Crédito: Gustavo Nagib (2022)

Para além da vida cotidiana dos *plantages*, que estabelecem uma estreita relação entre os hortelões urbanos e a municipalidade, uma série de outros atores sinalizam a existência novas expressões de agricultura urbana em Lausanne. Estes atores criam frentes múltiplas de atuação da sociedade civil em projetos e experiências bastante ecléticas que mobilizam a agricultura urbana, tais como associações, cooperativas, coletivos informais e casos isolados de indivíduos que promovem transformações no espaço urbano a partir de ações hortícolas.

Dentre tais atores, as associações cumprem um importante papel na mobilização das comunidades locais. Elas promovem festas, *workshops* e demais eventos para promover o encontro dos vizinhos e implica-los na transformação dos bairros. Neste escopo, destacam-se as materializações em espaços de uso comum destinados à jardinagem. O discurso que justifica estas iniciativas hortícolas converge à temática socioambiental,

propondo a promoção da biodiversidade urbana, o estreitamento dos vínculos sociais a partir da jardinagem em espaços públicos e a maior integração na relação entre os cidadãos e a natureza.

As associações cumprem o papel de mobilizar os habitantes para as intervenções de horticultura urbana e também de estabelecer o diálogo com a municipalidade. Dessa forma, as associações garantem a permissão da prefeitura para jardinar espaços públicos do bairro, sejam pés de árvores, páletes, superfícies gramadas ou mesmo em modelos de hortas comunitárias semelhantes aos *plantages*, que contam com o apoio do poder público para o seu processo de instalação. Muito embora a prefeitura autorize a ocupação dos espaços públicos solicitados pelas associações e lhes forneça apoio, são estas últimas quem assumem a liderança no processo de manutenção e a programação cotidiana das áreas cultivadas. O grande desafio, porém, consiste na perenidade do engajamento dos cidadãos.

## Conclusão

Analisando os processos em curso em São Paulo, Paris e Lausanne, é possível destacar duas dinâmicas principais. A primeira refere-se à negociação, ou mesmo a integração, das agriculturas nos projetos urbanos – hortas comunitárias, paisagismo comestível, iniciativas temporárias etc. –, na qual se sobressai a lógica que considera o crescimento das cidades e/ou o processo de metropolização como inevitáveis e tenta buscar soluções a partir de modelos híbridos, isto é, que integrem as mais diversas práticas agrícolas e hortícolas como componentes das novas materialidades urbanas.

Por outro lado, uma segunda dinâmica que pode ser sublinhada refere-se às iniciativas de agricultura urbana, com destaque àquelas de caráter coletivo e/ou comunitário, que se sustentam graças a dinâmicas menos planejadas, isto é, que são mais independentes das amarras das regulamentações do poder público e dos modelos e regras de institucionalização por ele propostos, e que, ao mesmo tempo, aproveitam-se de espaços sem uso definido, tais como extensos gramados, terrenos baldios, canteiros e demais áreas verdes abandonadas ou sem manutenção constante (incluindo os microespaços, tais como os pés das árvores e as calçadas), para, assim, ressignificar o tecido urbano a partir de culturas alimentares e de novas práticas (e relações) sociais entre os cidadãos.

## Agradecimentos

Processo nº 2022/08290-7, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

Bourse d'excellence de la Confédération suisse, Commission Fédérale des Bourses pour Etudiants étrangers (CFBE).

## Referências

- BAUDELET, L. Jardins collectifs : une histoire de partages. **Jardins de France**, Paris, n. 612, 2011. Disponível em: <<https://www.jardinsdefrance.org/jardins-collectifs-une-histoire-de-partages>>. Acesso em: 20 jan. 2024.
- GIACCHÈ, G. “De la ville qui mange à la ville qui produit : l'exemple des ‘Hortelões Urbanos’ de São Paulo. **ESO, travaux & documents**, 2016, p. 99-110.
- GIACCHÈ, G. et al. Exploring the diversity of actors in urban agriculture. In: LOHRBERG, F. et al. (Ed.). **Urban agriculture Europe**. Berlin: Jovis, 2015.
- GORGOLEWSKI, M.; KOMISAR, J.; NASR, J. **Carrot city: creating places for urban agriculture**. Nova York: Monacelli, 2011.
- GRANCHAMP, L.; GLATRON, S. (Ed.). **Militantismes et potagers**. Villeneuve d'Ascq: Presses Universitaires du Septentrion, 2021.
- HURARD, M. La participation citoyenne au développement durable à l'échelle locale en Europe. **Think Tank Européen Pour la Solidarité**, Collection Working Paper, Bruxelas, ago. 2011. Disponível em: <[http://www.pourlasolidarite.eu/sites/default/files/publications/files/working\\_paper\\_-\\_participation\\_citoyenne\\_26.08.11\\_0.pdf](http://www.pourlasolidarite.eu/sites/default/files/publications/files/working_paper_-_participation_citoyenne_26.08.11_0.pdf)>. Acesso em: 20 jan. 2024.
- LANGENBUCH, J. R. **A estruturação da Grande São Paulo: estudo de Geografia Urbana**. Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro, Universidade de Campinas, 1971.
- LE GOFF, J. **Por amor às cidades**. São Paulo: Unesp, 1998.
- MAYOL, P.; GANGNERON, É. L'agriculture urbaine : un outil déterminant pour des villes durables. **Journal Officiel de la République Française**, Paris, jun. 2019. Disponível em: <[https://www.lecese.fr/sites/default/files/pdf/Avis/2019/2019\\_15\\_agriculture\\_urbaine.pdf](https://www.lecese.fr/sites/default/files/pdf/Avis/2019/2019_15_agriculture_urbaine.pdf)>. Acesso em: 20 jan. 2024.
- MEYER, Y. **Enjeux et motivations pour la végétalisation de l'espace public par les habitants : Le cas des jardins de poche à Lausanne**. Dissertação de Mestra-

- do. Institut de Géographie et Durabilité, Université de Lausanne, Lausanne, 2021.
- MIKETEN, S. **Agricultura e conservação ambiental: o caso da APA Bororé-Colônia no município de São Paulo**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.
- MORAES, A. C. R. **Ideologias geográficas: espaço, cultura e política no Brasil**. São Paulo: Annablume, 2005.
- NAGIB, G. **O espaço da agricultura urbana como ativismo: alternativas e contradições em Paris e São Paulo**. Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.
- \_\_\_\_\_. **Agricultura urbana como ativismo na cidade de São Paulo**. São Paulo: Annablume, 2018.
- NAKAMURA, A. C. **Cooperapas: agricultura e cooperativismo no extremo sul do município de São Paulo**. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. Disponível em: <<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-09032017-090516/pt-br.php>>. Acesso em: 20 jan. 2024.
- NAVÉS, F. Prólogo. In: AROSEMENA, G. **Agricultura urbana: espacios de cultivo para una ciudad sostenible**. Barcelona: GG, 2012.
- POLLAN, M. **Em defesa da comida: um manifesto**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2008.
- PREFEITURA DE LAUSANNE. **Ville de Lausanne**, 2022. Disponível em: <<https://www.lausanne.ch>>. Acesso em: 20 jan. 2024.
- PREFEITURA DE PARIS. **Les jardins partagés**, 2020. Disponível em: <<https://www.paris.fr/pages/les-jardins-partages-203>>. Acesso em: 20 jan. 2024.
- PREFEITURA DE SÃO PAULO. **Lei n. 16.050, de 31 de julho de 2014**. Política de Desenvolvimento Urbano e o Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo e revoga a Lei n. 13.430/2002, 2014. Disponível em: <[http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/chamadas/2014-07-31\\_-\\_lei\\_16050\\_-\\_plano\\_diretor\\_estrategico\\_1428507821.pdf](http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/chamadas/2014-07-31_-_lei_16050_-_plano_diretor_estrategico_1428507821.pdf)>. Acesso em: 20 jan. 2012.
- REYNOLDS, R. **On guerrilla gardening: a handbook for gardening without boundaries**. Reino Unido: Bloomsbury, 2009.
- SANTOS, M. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. São Paulo: Edusp, 2008.
- TRACEY, D. **Guerrilla gardening: a manual festo**. Canadá: New Society, 2007.